

JUDICIÁRIO

STF enquadra líder do PL

Intimação do ministro Flávio Dino dá 48 horas para Sóstenes Cavalcante explicar acordo de distribuição de emendas

» DANANDRA ROCHA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou, ontem, a intimação do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) para que apresente esclarecimentos, no prazo de 48 horas, sobre declarações atribuídas a ele a respeito do uso de emendas de comissão, em suposta afronta à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 210/2024.

A medida foi tomada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que discute a transparência na destinação de recursos públicos. A decisão baseia-se em reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, que revelou uma estratégia do PL para pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos -BA), envolvendo o rompimento de um acordo firmado sobre a divisão das emendas de comissão.

Segundo o texto, Sóstenes teria afirmado que, se necessário, o partido passaria a controlar integralmente os recursos das comissões que preside, numa tentativa de intensificar a pressão pela votação da anistia partidária. Ao fundamentar o pedido de esclarecimentos, Flávio Dino destacou que as declarações atribuídas pelo deputado podem indicar a repetição de práticas incompatíveis com as normas constitucionais e o regime de transparência

recentemente reforçado pelo Congresso e pelo STF. “É o aprimoramento constante do primado da transparência, rastreabilidade e eficiência que tem norteado a conduta desta Relatoria”, afirmou o ministro, no despacho. De acordo com a reportagem, Cavalcante, que é líder do PL, disse que o acordo vigente determina que “30% dos valores (das emendas de comissão) ficam com o partido que o comanda” em cada colegiado, enquanto

os “70% restantes” são distribuídos pela presidência da Câmara entre outras legendas. O deputado ainda afirmou que o PL, caso necessário, poderia desrespeitar o combinado e “passar a gerenciar 100%” dos recursos das comissões sob seu controle, que totalizaram cerca de R\$ 6,5 bilhões. Procurado, Cavalcante relatou que não vai declarar nada antes de ser “citado”, segundo ele, ainda não recebeu nenhuma notificação oficial do STF, e que recebeu essa notícia por meio da imprensa: “Vazou para vocês da imprensa primeiro”, disse.

Na decisão, Dino lembrou que o Congresso, ao aprovar a Lei Complementar nº 210/2024, estabeleceu que as emendas de comissão devem atender a ações de interesse nacional ou regional, com aprovação formal pelas comissões e registro em ata, procedimento que, segundo ele, parece destoar das práticas narradas pelo parlamentar.

“Esses esclarecimentos, ora requisitados, associam-se ao dever do relator de assegurar o fiel cumprimento do Acórdão do Plenário do STF, no tocante ao fim de qualquer modalidade de orçamentação secreta”, escreveu Dino.

» **Julgamento de Collor no Supremo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, hoje, o julgamento do ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello. A sessão ocorrerá no plenário virtual da Corte com início previsto para às 11h. O julgamento definirá se o político continuará cumprindo sua pena em regime fechado ou se haverá alguma alteração na situação prisional. Na sexta-feira, seis ministros votaram a favor da manutenção da prisão de Collor, formando maioria: Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

O despacho determina ainda que, após a manifestação do deputado, o processo retorne imediatamente para a análise de eventuais medidas adicionais necessárias ao cumprimento da Constituição, da legislação vigente e do plano de trabalho pactuado entre os Poderes Legislativo e Executivo, cuja homologação foi feita pelo STF em fevereiro.

Os desafios da agenda de minerais estratégicos para o Brasil



Em parceria com o **Instituto Escolhas**, o **Correio Braziliense** realizará o evento **"Os desafios da agenda de minerais estratégicos para o Brasil"**. O Talks promoverá um debate essencial sobre minerais críticos e estratégicos, suas implicações para o Brasil e o mundo, e sobre as soluções para enfrentar a extração ilegal de ouro.

A ocasião reunirá especialistas, representantes do setor, autoridades públicas e sociedade civil para discutir os principais temas relacionados ao setor de mineração e à agenda socioambiental no Brasil, em um momento em que o país se prepara para sediar a COP 30.



Escaneie o QR Code e inscreva-se AGORA!

13/05
a partir de 9h

Auditório do Correio Braziliense (SIG Qd. 2, Lt. 340)

MEDIADORES

Adriana Bernardes
coordenadora de produção no Correio Braziliense



Carlos Alexandre
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

PAINELISTAS



Frederico Bedran
advogado, geólogo e presidente da Comissão de Direito Minerário da OAB - DF



Larissa Rodrigues
diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas



Marivaldo Pereira
secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública



Mauro Henrique Souza
diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM)



Raul Jungmann
diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)



Ricardo Sennes
diretor-executivo da Prospectiva Public Affairs Lat.Am



ELEIÇÕES



Caiado, Zema e vice-presidente marcaram presença em feira de SP

Governadores e Alckmin fazem aceno ao agronegócio

» VICTOR CORREIA

De olho na corrida eleitoral de 2026, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, e governadores da oposição fizeram acenos ao agronegócio, neste fim de semana, em feiras importantes do segmento.

Ao participar, ontem, em Ribeirão Preto (SP), da abertura da 30ª edição da Agrishow, uma das maiores do país, Alckmin prometeu empenho do governo federal para entregar, ainda neste ano, um Plano Safra maior do que a edição 2024/2025 do programa que financia a produção agrícola no país por meio do crédito subsidiado. O vice-presidente, que tem sinalizado continuar na chapa para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2026, destacou, porém, que será necessário colocar mais recursos no programa apenas para compensar o aumento da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 14,25% ao ano.

“Vamos trabalhar para ter um aumento do valor do Plano Safra, e ele certamente vai exigir uma equalização maior em razão do aumento da taxa Selic”, afirmou ele a jornalistas. As edições do programa são lançadas no meio do ano. O Plano Safra 2024/2025 contou com R\$ 400,59 bilhões para financiamentos voltados ao agronegócio, 10% a mais do que na safra anterior, e o crédito foi concedido com taxas entre 7% a 12% ao ano.

Representando Lula no evento, Alckmin ainda declarou que o agronegócio e a indústria “são irmãos” e um ajuda o outro. Ao

comentar sobre a guerra tarifária deflagrada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Alckmin reforçou que restrições ao comércio internacional “não beneficiam ninguém”. “O ideal é sempre promover o multilateralismo e o livre-comércio com regras claras”, defendeu o ex-tucano. Ele ainda reforçou que há uma oportunidade para o Brasil avançar nas negociações com outros países, em especial no acordo entre Mercosul e União Europeia.

Governadores de oposição aproveitaram os palanques de eventos do setor agro, como a Agrishow, ontem, e a Expozebu, em Uberaba (MG), na véspera, para se colocarem como fortes alternativas a Lula em 2026. Caiado, por exemplo, defendeu união da direita e a eleição de um presidente mais próximo do setor agro. Citou ele próprio e os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), como “uma das maiores gerações de governadores da história”. “O agro é o único setor em que o Brasil é competitivo mundialmente e não podemos perder isso”, disse o ex-senador no evento paulista. Pré-candidato às eleições do ano que vem, Caiado também fez acenos ao setor produtivo, criticando o patamar dos juros e a falta de investimentos em ciência e tecnologia. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), focou em destacar as ações de seu governo, especialmente para o setor agrícola. Tarcísio, que participou da Agrishow, em 2024, com ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), enviou um representante neste ano.